



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

<b>ATA DE REUNIÃO</b>		
<b>Membros efetivos presentes:</b>	<b>Freddy Carvalho Pitta Lima</b> - Juiz de Direito (Coordenador) <b>Leonardo Rulian Custódio</b> - Juiz de Direito <b>Janaína Barreto de Castro</b> - Secretária de Gestão de Pessoas) <b>Sara dos Santos Teles</b> – Servidora <b>Robson Matos da Gama</b> - Servidor <b>Marcus de Souza Reis</b> - Servidor	<b>Data:</b> 07/12/2020
<b>Participante:</b>	<b>Valmy Gomes Guimarães</b> - Servidor (representante do SINPOJUD)	

<b>Início:</b> 10:09h	<b>Fim:</b> 11:45h	<b>Local:</b> sala de reunião virtual do CGP(Lifesize)
-----------------------	--------------------	--

<b>EVENTO</b>	<b>ITEM</b>	<b>PONTOS DISCUTIDOS</b>
<b>22ª Reunião do CGP</b>	<b>1</b>	<b>Apresentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs relacionados à área de Gestão de Pessoas;</b>
	<b>2</b>	<b>Definição do próximo tema de trabalho do CGP;</b>
	<b>3</b>	<b>Definição do calendário de reuniões do CGP no primeiro semestre de 2021.</b>

### **DESENVOLVIMENTO DA PAUTA**

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos do Comitê de Gestão de Pessoas acima citados e do servidor Valmy Gomes Guimarães, como representante indicado pelo SINPOJUD. Ausentes, justificadamente, os magistrados Glautemberg Bastos de Luna, membro efetivo, e Dra. Adriana Sales Braga, representante da AMAB, além do servidor Luiz Cláudio da Silva Oliveira, representante do SINTAJ.

Dr. Freddy Carvalho Pitta Lima saudou os presentes e, em seguida, passou a palavra ao magistrado Leonardo Rulian Custódio, para realizar a apresentação do item 1 da pauta.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE  
PESSOAS**

## **1. APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODSs RELACIONADOS À ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Dr. Leonardo iniciou pontuando que o ano de 2020 fora difícil, porém também foi um ano em que o Comitê de Gestão de Pessoas realizou projetos interessantíssimos, tendo sido um comitê eficaz.

Em seguida, passando a exposição, informou que a Agenda 2030 surgiu em 2015, quando mais de 190 países se reuniram na sede da ONU, em Nova Iorque, para realizar um plano de ação com o objetivo de proteger o planeta, com questões ambientais e também para o alcance da paz e da prosperidade. O magistrado ressaltou que são questões que têm um impacto muito grande, inclusive sobre o Poder Judiciário.

Disse que a Agenda 2030 ainda não está sendo aplicada amplamente, pois a cobrança para sua implementação se inicia no ano de 2021, estando completamente integrada ao Plano Estratégico do Poder Judiciário 2021-2026, que está no terceiro ciclo, sendo que o primeiro foi de 2009 a 2014; o segundo abrangeu o período de 2015 a 2020, e foi neste que iniciou a Agenda 2030 dentro do Poder Judiciário, com o Ministro Dias Toffoli, através da Resolução CNJ n.º 325/2020<sup>1</sup>. Dr. Leonardo destacou que o Poder Judiciário Brasileiro foi o primeiro no mundo a institucionalizar a Agenda 2030.

O magistrado destacou que o Planejamento Estratégico da SEGESP, proposto pelo Comitê de Gestão de Pessoas, já foi elaborado em consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, e, portanto, também está alinhado com a Agenda 2030.

Dr. Leonardo prosseguiu dizendo que a Agenda 2030 trabalha com metas, indicadores e objetivos (ODSs). Ao todo, são 17 ODSs distribuídos em 03 setores: social, econômico e ambiental. O magistrado ressaltou iniciativas no PJBA que já são frutos da eficácia da Agenda 2030, tais como a criação do Laboratório de Inovação e Inteligência do PJBA - LABJUS, a criação da Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em questões de Gênero e Orientação Sexual do PJBA - COGEN, a instituição do Programa "Selo Parceiro da Justiça", alinhado à política judiciária de enfrentamento conjunto da litigiosidade no âmbito do PJBA, assim como a expedição de ofícios aos magistrados para informar acerca de demandas referentes a obras públicas de grande impacto social ou econômico em tramitação na comarcas.

Ele destacou que a meta 9 do Poder Judiciário<sup>2</sup>, eleita por todos os tribunais como a mais importante, que fala da desjudicialização dos processos, ou seja, procurar formas alternativas de solução de conflitos, e que é um desdobramento do ODS 16, eleito o mais importante pelos tribunais. Segundo Dr. Leonardo, o PJBA votou como o segundo ODS com maior relevância o de número 4, o qual tem sido trabalhado pela Diretoria de Primeiro Grau – DPG, e que aborda a educação de qualidade, que são os cursos de capacitação

---

<sup>1</sup> Institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026.

<sup>2</sup> Consiste em integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário. Para isso, o tribunal deve realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos ODS da Agenda 2030. Fonte: cnj.jus.br.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

que o CGP vem, desde o início, destacando como de grande importância para a área de gestão de pessoas.

O magistrado prosseguiu dizendo que alguns desses ODSs estão relacionadas à área de gestão de pessoas, os quais estão listados no Anexo III da Resolução CNJ n.º 325/2020, são eles: ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes); ODS 3 (saúde e bem-estar); ODS 4 (educação de qualidade); ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico); ODS 10 (redução das desigualdades); ODS 13 (ação contra a mudança global do clima); e ODS 17 (parceiras e meios de implementação). O magistrado pontuou que a Agenda 2030 exige que a gestão de pessoas atue no início, no meio e no fim, pois trata do ingresso do servidor no quadro, da capacitação, além da prestação jurisdicional, que é a atividade fim. Ou seja, a Agenda 2030 tem foco em pessoas.

O magistrado destacou, mais uma vez, que todo o trabalho do CGP tem sido realizado em uma perspectiva de futuro, já baseado na Agenda 2030. Além disso, observou que a atuação da Presidência do PJBA também está alinhada com a Agenda 2030, mas que vê necessidade da nomeação de conciliadores para todas as varas e a desburocratização da Justiça, que também estão contemplados no ODS 16, bem como para a eficácia da meta 9. Por fim, Dr. Leonardo sugeriu que o Tribunal de Justiça tivesse um núcleo de juízes conciliadores.

Dada a palavra à servidora Sara Teles, ela parabenizou Dr. Leonardo pela clareza e objetividade na explanação. Em seguida, pontuou que, em relação ao ODS 13, foi incluído no Planejamento Estratégico da SEGESP um objetivo departamental que visa acompanhar anualmente a quantidade de material de consumo requisitado pelos órgãos das unidades vinculadas à SEGESP, reduzindo em 30%, até 2026. A servidora propôs que fosse realizada uma revisão do planejamento proposto pelo CGP, a fim de analisar com maior profundidade a adequação do documento à Agenda 2030. Ao fim, colocou-se à disposição para realizar esse levantamento.

A Secretária Janaína Castro também parabenizou o magistrado pela exposição, informando que irá analisar os objetivos da Agenda 2030 e a Resolução 325/2020, sugerindo o contato com a Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho, que está à frente da coordenação do Núcleo Socioambiental, pois algumas propostas caminham juntas.

O servidor Robson Gama agradeceu ao Dr. Leonardo por ter descortinado o tema dos ODSs, tornando-o bem mais fácil de compreender. Robson destacou o ODS 4, citando que a sua eficácia é garantida com a capacitação dos servidores. Ele ponderou que o Tribunal atingiria ainda maior eficácia com a descentralização desses treinamentos. Também a ressaltou que a instituição do Programa “Selo Parceiro da Justiça”, através do Decreto Judiciário n.º 888/2020, publicado no DJE n.º 2.754, de 07/12/2020, insere-se no âmbito do ODS 17, pois através de parcerias busca reduzir a excessiva judicialização de conflitos.

O servidor Marcus Reis parabenizou Dr. Leonardo pela apresentação, definindo-a como um presente para a área de gestão de pessoas, e expressou ser apaixonado pelo desenvolvimento sustentável. Ele afirmou sentir-se mais envolvido ao saber que tudo que fora realizado até agora pelo CGP foi proveitoso e terá eficácia, e que mesmo com a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

situação de pandemia, o Comitê se manteve focado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dada a palavra ao servidor Valmy Gomes, ele parabenizou o magistrado pela excelente explanação, pontuando que passou a entender mais a Resolução 325/2020. O servidor mencionou o ODS 4, dizendo que a educação é a base de tudo, como o CGP já vinha discutindo desde o início do ano. Ele ainda ponderou que o ODS 3 poderia ter um suporte do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde. Por fim, Valmy pontuou que a CEDESC vem realizando, junto às comarcas do interior, uma pesquisa sobre a questão socioambiental, e que talvez já seja um primeiro passo voltado para a situação de mudança global do clima.

Retornando a palavra ao Dr. Freddy, ele disse que aprendeu muito sobre os ODSs através da explicação de Dr. Leonardo. Em seguida questionou aos presentes quais ações seriam adotadas pelo CGP para tornar sua atuação mais eficaz.

Ao fim, restou definido que a servidora Sara revisará o Planejamento Estratégico da SEGESP 2021-2026, buscando identificar dentre todos os objetivos aqueles que estão alinhados aos ODSs da Agenda 2030, e encaminhará ao Dr. Leonardo, até a primeira reunião ordinária de 2021.

## **2. DEFINIÇÃO DO PRÓXIMO TEMA DE TRABALHO DO CGP**

Dr. Freddy ponderou que alguns temas de trabalho não avançaram em 2020, por questões outras, como a unificação de carreiras, a TLP Virtual e as atribuições dos cargos.

Nesse ponto, a servidora Sara perguntou sobre o contexto para a unificação de carreiras, tendo em vista que ainda há uma divisão no quadro entre servidores da Justiça Comum e servidores dos Juizados Especiais.

Pela Secretária Janaína foi dito que a unificação das carreiras foi determinada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ<sup>3</sup>, sendo necessário o CGP debruçar-se sobre esse tema, realizando estudos.

Em seguida, a servidora Sara ponderou acerca das atribuições dos cargos, afirmando que em 2016 fora aberto um processo, que após despacho na Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno, fora remetido pela SEGESP ao Comitê de Gestão de Pessoas, em 2018. Sara informou que o servidor Amilcar Magalhães, Assessor - Técnico da SEGESP, além de alguns servidores que participam do CGP, estiveram em algumas reuniões e produziram um vasto material sobre o assunto, porém o processo ainda está pendente de análise pelo CGP.

O servidor Valmy ratificou as informações, informando que participou de várias reuniões com a participação dos sindicatos, sendo que ele mesmo foi o representante do SINPOJUD,

<sup>3</sup> § 1º do art. 22 da Resolução CNJ nº 219 de 26/04/2016.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE  
PESSOAS**

e Luiz representou o SINTAJ. O servidor solicitou que as atas das reuniões fossem repassadas para o Comitê, a fim de dar continuidade aos trabalhos. Valmy informou, também, que ocorreram reuniões no sindicato, e foram convidados dois servidores de cada cargo para que descrevessem as tarefas realizadas, e que todo o trabalho realizado foi apresentado na última reunião, que contou com os sindicatos e uma equipe do Tribunal de Justiça. Ele ainda citou ser de fundamental importância adaptar o material produzido ao modelo de teletrabalho, que à época não existia no Tribunal.

Em seguida, a servidora Sara ponderou que o CGP precisa apresentar sua proposta de atribuições para os cargos, pois, até para a implantação da Gestão por Competências, que é um objetivo estratégico do PJBA para o sexênio 2021-2026, é necessário definir as atribuições dos cargos, antes da fase inicial que é a de mapeamento de competências. Sara mencionou ainda que as nomenclaturas de alguns cargos, hoje, pouco ou nada dizem sobre as atribuições dos servidores, tomando como exemplo os cargos de atendente de recepção e digitador, ambos do quadro dos Juizados Especiais. A servidora concluiu dizendo que os temas de trabalho definidos pelo CGP, dentre eles a definição das atribuições de cargos, estão inseridos em um dos sete ODSs da Agenda 2030 relacionados à área de gestão de pessoas, e, portanto, é necessária a consecução desses objetivos.

O servidor Robson chamou a atenção para as mudanças das atividades antes realizadas pelos servidores, as quais foram substancialmente alteradas com o processo eletrônico. Ele ressaltou, inclusive, que para capacitar adequadamente os servidores é necessário conhecer o que cada um realmente faz.

Dr. Leonardo destacou que a implantação da TLP Virtual, por exemplo, está diretamente relacionada ao ODS 16, pois não se pode ter instituição eficaz enquanto não se resolve a questão da adequada equalização da força de trabalho. Quanto às atribuições dos cargos, o magistrado sugeriu que os estudos fossem elaborados considerando o teletrabalho, a fim de que se realizasse uma proposta moderna que tenha validade por muitos anos.

O servidor Marcus propôs que o projeto da TLP Virtual entrasse na pauta de trabalho no ano que vem, com o teletrabalho já aprovado no Tribunal de Justiça, visando assim sanar o *déficit* de servidores nas comarcas, inclusive em face da implantação do PJE Criminal, quando os servidores trabalharão totalmente em processos virtuais. Acerca da nomeação de novos servidores, Marcus ressaltou a necessidade de lotá-los onde há maior carência. Para concluir, ele sugeriu que todo tema de trabalho do CGP no ano de 2021 fosse alinhado aos ODSs da Agenda 2030, de forma a trabalhar de maneira vinculada.

Ainda sobre as atribuições dos cargos, a servidora Sara solicitou a palavra para ler um pronunciamento enviado pelo servidor Luiz, representante do SINTAJ, acerca das atribuições de cargo: *“gostaria que o estudo que foi elaborado com a participação dos sindicatos e o TJ fosse incorporado a esse processo<sup>4</sup>, pois foi muito bem estudado,*

---

<sup>4</sup> TJ-COI-2016/12168, que foi encaminhado ao Comitê de Gestão de Pessoas em 20/06/2018, o qual trata da elaboração da Minuta de Regulamento das Atribuições de Cargos do Quadro de Servidores do PJBA. É um processo oriundo da Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e de Regimento Interno. O CGP deu recebimento em 02/03/2020.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE  
PESSOAS**

*fundamentado e discutido exaustivamente. Um projeto pronto, que poderia ser muito útil para concluirmos esse regulamento das atribuições”.*

Pela Secretária Janaína Castro foi dito que o tema de trabalho prioritário para CGP é o das atribuições dos cargos, pois é necessário partir dessa questão até para definir o treinamento para o servidor. Janaína ainda ponderou acerca de se definir as atribuições, em cada carreira, de maneira semelhante, pois com o acervo 100% digitalizado não haverá diferença entre as atividades realizadas, já visando à unificação. Também se comprometeu a enviar o estudo realizado sobre as atribuições de cargos ao CGP.

Dr. Leonardo propôs que, após o recebimento do material que será encaminhado pela SEGESP, os membros do Comitê se dividissem em subgrupos e cada um ficasse responsável por descrever as atribuições de determinados cargos, mesmo que em reuniões extraordinárias, a fim de entregar o resultado em até dois meses, a partir de janeiro, concomitantemente à implantação do teletrabalho, o que facilitaria ajustes que porventura sejam necessários. O magistrado concluiu dizendo que o tema escolhido pelo CGP faz parte de três ODSs da Agenda 2030: o 3, o 8 e o 16.

### **3. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CGP NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021**

O Juiz Coordenador, Dr. Freddy, propôs que as reuniões ordinárias no primeiro semestre de 2021 ocorressem nas seguintes datas: **18/01/2021, 08/02/2021, 08/03/2021, 05/04/2021, 10/05/2021 e 07/06/2021.**

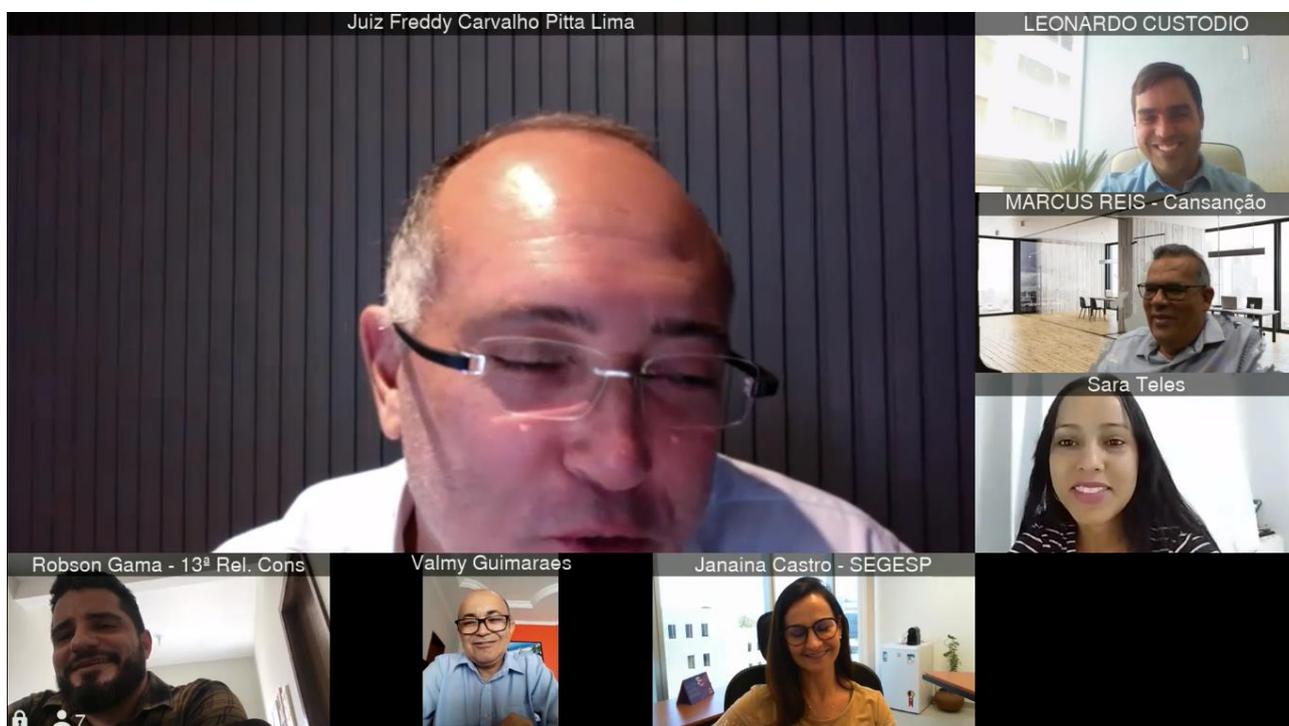
**Todos os presentes aprovaram como tema de trabalho as atribuições dos cargos (TJ-COI-2016/12168) e o calendário de reuniões 2021.1 suprarreferido.**

Retornando a palavra ao Dr. Freddy Carvalho Pitta Lima, Juiz Coordenador, nada mais havendo a ser tratado, deu por encerrada a reunião.

Salvador/BA, 07 de dezembro de 2020.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

